



# Análise Infra-estrutura

**ANO V – nº 18 – janeiro 2010**

## **Infraestrutura deve receber mais recursos em 2010**

### **Pontos principais:**

- 1) Nos últimos dez anos, apesar de investimentos crescentes, a capacidade insuficiente na infraestrutura causou gargalos em ocasiões e setores distintos.
- 2) Não podem ser desprezados os impactos da crise financeira em 2009. Somente a partir do segundo semestre as condições de crédito começaram a tender para normalidade.
- 3) A condução dos programas de concessão foi afetada. Em 2009, cinco leilões federais foram promovidos. Outros foram cancelados ou postergados por razões distintas.
- 4) Se em 2008 foram investidos R\$ 106 bilhões em infraestrutura, incluindo recursos públicos e privados, o resultado de 2009 deve ser ligeiramente maior.
- 5) Desafios institucionais persistem na infraestrutura. Os números deixam claro que há dificuldade em gastar os recursos alocados para investimentos no setor.
- 6) Outros desafios estão na área regulatória. Há revisões em andamento ou necessárias na regulação de vários mercados, como energia elétrica, petróleo, portos, aeroportos.
- 7) Perspectivas para os próximos anos: Os investimentos em infraestrutura devem ser acelerados a partir de 2010, atingindo cerca de R\$ 160 bilhões em 2015.

**Análise Infraestrutura é uma publicação trimestral da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib) que visa debater as teses fundamentais para a expansão da infraestrutura.**



# Análise Infra-estrutura

**Introdução** - O setor de infraestrutura apresenta retratos distintos entre diferentes setores. Alguns são mais desenvolvidos, com índices de acesso, qualidade e expansão melhores. Outros setores requerem esforço e investimentos mais acelerados. Os investimentos, ao longo dos últimos anos, apesar de crescentes, têm sido insuficientes e realizados mais velozmente em alguns setores em comparação a outros.

De um lado, áreas como telecomunicações, petróleo e gás natural passaram a receber fortes aportes de investimentos, algo entre 80% e 100% do que cada setor requer por ano. Já áreas como transporte e saneamento básico não têm recebido recursos de forma perene nos últimos anos – algo em torno de 25% a 50% ao ano em relação ao que é necessário investir.

A infraestrutura necessita de R\$ 160,9 bilhões por ano, ao longo de vários anos consecutivos, sem interrupção, para que sejam minimizados os chamados gargalos de infraestrutura. Os gargalos são mais bem percebidos quando há aceleração do crescimento, o que causa aumento da demanda por serviços de infraestrutura diante de uma capacidade limitada, obsoleta ou deteriorada.

Essa fotografia já foi tirada em diferentes momentos nos últimos dez anos, em setores como energia elétrica, gás natural, portos, aeroportos, estradas, ferrovias e saneamento, mesmo com a expansão dos investimentos. Em 2008, a infraestrutura recebeu R\$ 106,8 bilhões em investimentos, contra R\$ 74,8 bilhões em 2005 e R\$ 55,8 bilhões em 2003. A expectativa é que em cinco anos o País possa atingir um nível de investimento de R\$ 160 bilhões por ano na infraestrutura, impulsionado por projetos relacionados a transporte, energia e pré-sal, Copa do Mundo e Jogos Olímpicos.

**O impacto da crise financeira em 2009** - A crise internacional – que começou no setor financeiro e se alastrou para todos os setores econômicos em todos os países – reduziu o investimento privado de forma consistente no Brasil. O índice que mensura a formação bruta de capital fixo (FBCF), a taxa de investimento na economia, atingiu 17,7% em relação ao PIB no terceiro trimestre de 2009, contra 20,1%/PIB no mesmo período de 2008. Os indicadores que medem a utilização da capacidade instalada, que registraram queda acentuada imediatamente após o início do choque externo (10 pontos percentuais em três meses), começaram a mostrar recuperação mensal a partir de janeiro de 2009, contribuindo para a criação de perspectivas melhores na confiança do empresariado e,



## Análise Infra-estrutura

consequentemente, na decisão de investimento. A perspectiva é que novos investimentos da indústria sejam retomados, contribuindo para o aumento do nível de investimento geral da economia.

Energia e demais setores relacionados à infraestrutura apresentam boas perspectivas de crescimento no período pós-crise, como mostra pesquisa do BNDES para medir as intenções de investimento entre 2009 e 2012.

Os planos que indicam a intenção de investimento no setor energético, que eram de R\$ 781 bilhões em agosto de 2008, caíram para R\$ 688 bilhões em dezembro de 2008, logo após o arrefecimento da crise internacional e a transmissão dos primeiros impactos para a economia do Brasil, e já cresceram para R\$ 731 bilhões em agosto de 2009, momento em que a economia já opera com tração mais forte e com melhores perspectivas de crescimento econômico para os próximos anos. O mesmo diagnóstico pode ser verificado para demais setores de infraestrutura, com a intenção de investimento em agosto de 2009 (R\$ 165 bilhões) superando inclusive àquela verificada no período anterior à eclosão da crise financeira internacional, em agosto de 2008 (R\$ 152 bilhões).

No setor de infraestrutura, especificamente, a crise financeira internacional gerou incertezas e dificuldades na estruturação do financiamento dos investimentos. Além da escassez de recursos disponíveis para créditos de novos investimentos, as condições se mostraram deterioradas – prazos curtos e custos elevados – para as poucas linhas disponíveis. Operações de mercado de capitais praticamente foram paralisadas e restou aos investidores buscar recursos no sistema público de financiamento. No fim de 2008 e início de 2009, o Brasil tinha uma carteira de US\$ 220 bilhões em projetos de infraestrutura, nos setores de energia e transporte, com contratos já assinados, de forma que era fundamental irrigar este conjunto de empreendimentos com crédito.

A partir do segundo semestre de 2009, as condições de crédito para os investimentos de infraestrutura começaram a tender para a normalidade, incluindo as operações de mercado de capitais. Além disso, os aportes extraordinários de recursos do Tesouro Nacional para o orçamento do BNDES para o período entre 2009 e 2010 colaboraram fortemente para dar tranquilidade às operações de estruturação de financiamento para os investimentos em infraestrutura.

**A condução dos programas de concessões** - Depois de uma retomada, a partir de 2007, de programas de concessões de infraestrutura para a iniciativa privada, poucos leilões foram



## Análise Infra-estrutura

realizados em 2009, até porque a crise financeira desestabilizou consideravelmente o ambiente para negócios e deteriorou as condições de financiamento dos investimentos.

Nos últimos três anos, desde 2007, foram feitos 25 leilões pelas agências reguladoras federais, abrangendo áreas distintas - transporte ferroviário e rodoviário, geração e transmissão de energia elétrica, blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural, licenças para telefonia móvel - e projetos complexos. Paralelamente, o Estado de São Paulo também realizou novos leilões de concessão de estradas. No âmbito municipal, cerca de 20 novos contratos de PPP (parceria entre o setor público e o setor privado) ou concessão foram assinados com empresas privadas e muitos contratos entre prefeituras e empresas estaduais foram renovados ou reformulados, de acordo com os parâmetros da nova lei.

Em 2009, cinco leilões de concessão foram promovidos no âmbito federal (ver quadro abaixo). Até mesmo o tradicional leilão de concessão de blocos para prospecção e exploração de petróleo e gás natural não foi realizado em 2009.

No fim do ano, o leilão de energia A-5 também foi cancelado, segundo o governo, por motivos ambientais - falta de licença ambiental prévia. Paralelamente, o leilão de concessão de projetos complexos, como Belo Monte e trem de alta velocidade, foram transferidos para 2010 devido a atrasos da conclusão das fases preparatórias do leilão, como estudos de viabilidade econômica e técnica, licenciamento ambiental, aprovação do edital de licitação pelo Tribunal de Contas da União (TCU), entre outras etapas.

Alguns setores de infraestrutura não foram alvo de concessões por razões diferentes. No setor de aeroportos, um dos mais necessitados de investimentos, a decisão de conceder ou não alguns terminais aeroportuários para a iniciativa privada investir e operar foi postergada, apesar de o debate ter avançado em 2009. Na área de portos, o plano de outorgas para concessão de novos terminais portuários para a iniciativa privada atrasou e não foi apresentado. No setor ferroviário, no auge da crise, no primeiro trimestre de 2009, a intenção de oferecer ao setor privado a outorga de novos trechos de ferrovias foi adiada devido a incertezas causadas pela crise no mercado financeiro.

A partir de 2010, com a superação da crise financeira, o Brasil tem condições de aprofundar ações para fortalecer a infraestrutura por meio de novas concessões. Há potencial para novos programas de concessão em áreas como saneamento, portos e aeroportos, além das áreas já tradicionais, como petróleo e gás, telecomunicações, transmissão e geração de energia e também estradas e ferrovias.



## Análise Infra-estrutura

**O investimento em infraestrutura em 2009** - Se em 2008 os setores de infraestrutura receberam um total de R\$ 106 bilhões de investimentos, incluindo recursos públicos e privados, o resultado em 2009 deve ser ligeiramente maior. Um dos fatores que corroboram com esse cenário é que, apesar da crise financeira, não houve desistência ou cancelamento de projetos de investimento já contratados. Outro fator é que, apesar das dificuldades e conflitos em fases preparatórias, a execução dos orçamentos públicos de investimento, incluindo estatais para áreas de infraestrutura, está maior que em 2008. Além disso, os programas de investimentos em infraestrutura de alguns estados, incluindo estatais, como São Paulo, mantêm-se firmes.

O oitavo balanço do PAC, apresentado em outubro, mostrou que desde janeiro de 2007 até agosto de 2009, os investimentos do programa totalizaram R\$ 338,4 bilhões, entre gastos e contratações. A execução orçamentária do PAC é crescente ano após ano, mas, no entanto, requer mais velocidade e eficiência. Muitos conflitos no trâmite do investimento postergam ou até paralisam obras importantes para o desenvolvimento do País.

Devido a conflitos e falhas de gestão nas etapas que antecedem as licitações de projetos de infraestrutura, por exemplo, cerca de R\$ 20 bilhões deixaram de ser investidos nos últimos cinco anos pelo governo federal, incluindo principalmente áreas de infraestrutura. Entre 2004 e 2008, de acordo com dados do Siafi (Sistema Integrado de Administração Financeira), foram autorizados R\$ 72 bilhões para investimentos, mas somente R\$ 52 bilhões foram empenhados. Em 2009, até agosto, de um orçamento de R\$ 32,3 bilhões para investimentos, somente R\$ 12,8 bilhões tinham sido empenhados e só R\$ 2,8 bilhões pagos.

Apesar das dificuldades de gestão e dos conflitos ambientais e administrativos que tornam mais vagarosa a execução dos orçamentos de investimentos públicos em infraestrutura, o governo federal e as estatais federais estão conseguindo, em 2009, investir um volume de recursos maior, incluindo principalmente setores de infraestrutura. O esforço das estatais federais, principalmente a Petrobras, colabora neste sentido.

Entre janeiro e novembro de 2009, em comparação ao mesmo período de anos anteriores, o governo federal pagou R\$ 25,8 bilhões em investimentos, principalmente para áreas de infraestrutura. Trata-se de um nível recorde de execução orçamentária dos investimentos da União. Em 2008, nos primeiros 11 meses do ano, os pagamentos por investimentos realizados já haviam alcançado R\$ 21,8 bilhões, em valores constantes, corrigidos pela



## Análise Infra-estrutura

inflação. Para efeito de comparação, em 2003, a União tinha conseguido pagar, no mesmo período, somente R\$ 5,0 bilhões em investimentos.

Apesar de recorde já alcançado em 2009, a execução orçamentária ainda está vagarosa diante do orçamento a ser executado. Os investimentos realmente pagos (R\$ 25,8 bilhões) correspondem a 48% do orçamento de investimentos para este ano, de R\$ 53,7 bilhões. O setor de transporte efetuou investimentos de R\$ 7,4 bilhões entre janeiro e novembro de 2009. As áreas de infraestrutura foram responsáveis por 55% Dops pagamentos feitos até então. É importante identificar as razões que dificultam ou travam a execução do orçamento de investimentos públicos.

As empresas estatais federais, da mesma forma, também têm conseguido acelerar a execução orçamentária, apesar de sofrerem com os mesmos conflitos e dificuldades que impactam os investimentos públicos realizados pela União.

Entre janeiro e outubro de 2009, as empresas federais conseguiram investir R\$ 53,6 bilhões, de acordo com dados do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Dest), do Ministério do Planejamento. Trata-se do maior valor investido pelo conjunto de estatais federais desde janeiro de 1995, considerando os dez primeiros meses do ano, em valores constantes, atualizados pela inflação do período. Esse valor corresponde a 67% do orçamento das 68 empresas estatais federais, que soma R\$ 79,9 bilhões para 2009. As empresas do grupo Petrobras são responsáveis pela maior parte desse desempenho na execução do orçamento das estatais federais.

**Desafios institucionais** - Os números deixam claro que há dificuldade em gastar os recursos alocados para investimentos em infraestrutura. Se excluir as estatais, o setor privado e os financiamentos para pessoa física, a execução orçamentária é lenta, em virtude de conflitos de vários tipos que emperram a condução bem-sucedida dos investimentos.

A administração pública precisa melhorar as condições de funcionamento da estrutura de execução dos investimentos, com foco na eficiência e na qualidade dos processos inerentes à licitação e à administração dos contratos.

Da mesma forma que é fundamental melhorar a uniformidade e a integração aos procedimentos e trâmites inerentes às atividades das instituições e órgãos públicos com competências de controle e fiscalização, de forma que seja possível acelerar os investimentos em infraestrutura com base na transparência, economicidade, eficiência e legalidade.



## Análise Infra-estrutura

Acima de tudo, o essencial é fortalecer a segurança jurídica e a transparência nos processos, principalmente nos de licenciamento e licitação, com previsibilidade com relação a custos e prazos. Atualmente, a empresa inicia um investimento com base em uma licença prévia e depois há grande chance de surgirem custos novos e inclusive interrupções da obra.

O licenciamento ambiental ainda é um ponto nevrálgico. As dificuldades em obter licenças são ainda grandes, sobretudo para usinas hidrelétricas. O há descompasso entre as necessidades do País e a capacidade de atuação dos órgãos ambientais. No último trimestre de 2009, dois leilões – blocos para exploração de óleo gás e outorgas para a construção de usinas de geração de energia – foram cancelados pelos ministérios devido a dificuldades de obter licenças ambientais prévias para os empreendimentos.

Mesmo considerando as dificuldades institucionais que os órgãos ambientais enfrentam e lembrando que a obtenção das licenças ambientais depende de várias instituições, o processo de licenciamento ainda é usado, infelizmente, muitas vezes, para dificultar ou postergar obras de infraestrutura no Brasil. O processo de licenciamento precisa ser mais transparente, ágil e fortalecido, para que possa atender às necessidades de crescimento econômico e social do país, com rigor e celeridade.

Com relação ao processo de licitação pública, outro foco importante para reduzir a quantidade de conflitos que atrapalham a condução dos investimentos em infraestrutura, o aperfeiçoamento da legislação precisa prever mecanismos para que haja, de fato, segurança e qualidade na contratação pelo administrador público e redução da burocracia. Dois exemplos - o uso mais intenso do seguro-garantia e projeto executivo – oferecem potencial para melhorar o processo de licitação pública.

O seguro-garantia transfere para a indústria de seguros boa parte da análise do perfil financeiro das empresas que querem participar da licitação. Hoje, essa análise é feita principalmente pela administração pública. Esse instrumento garante a entrega do bem ou serviço contratado e diminui o risco de surgirem obras públicas inacabadas ou abandonadas.

O segundo exemplo é a adoção, em todos os processos de licitação, do projeto executivo de engenharia, substituindo, em muitos casos, a simples existência de um projeto básico ou precário como requisito para iniciar a licitação. O projeto executivo oferece mais detalhes com relação aos desafios e recursos técnicos e financeiros exigidos para o bem ou serviço em contratação, diminuindo os riscos para a administração pública.



## Análise Infra-estrutura

**Os desafios regulatórios** - Desde 1993, quando o Estado brasileiro decidiu abrir os mercados de infraestrutura para investidores privados, uma série de leis foi editada. De lá para cá, o arcabouço regulatório foi consideravelmente expandido, com a aprovação de leis mais abrangentes, como a de Concessões (1995) e a de Parcerias Público-Privadas (2004), além de outras legislações específicas para cada setor.

Passados mais de 15 anos desde os primeiros passos rumo ao retorno da participação privada nos investimentos em infraestrutura, algumas legislações setoriais tornaram-se obsoletas, passíveis de revisões, correções ou aperfeiçoamentos, imprescindíveis para garantir a atração do setor privado. Em geral, o setor de infraestrutura começará 2010 com muitos desafios regulatórios.

No setor de energia elétrica, por exemplo, o mercado ganhou estabilidade depois da instituição de um novo marco regulatório, em 2004, que persegue três premissas: segurança no abastecimento, modicidade tarifária e garantias ao investidor. Passados quase cinco anos, um novo desafio surge: o fim do prazo das concessões. Essa questão está em discussão em câmaras do governo e da iniciativa privada. O fim do prazo de concessões, apesar de estar, no momento, restrito ao setor elétrico, afetará também outros setores de infraestrutura na medida em que os prazos dos contratos se aproximarem do vencimento.

Já no setor de saneamento, o marco regulatório foi sancionado em janeiro de 2007. A tarefa, agora, é dos governos estaduais e municipais, que precisam aprovar leis localmente para cumprir as exigências da lei federal, que estabelece apenas diretrizes, como determina a Constituição. Entre as novidades instituídas pela regulação, a prestação de serviços precisa estar amparada por um contrato de concessão, prevendo metas de qualidade e expansão, além de regras de reajuste tarifário, entre outras obrigações. O município precisa estabelecer um plano de metas para indicar os investimentos visando a universalização dos serviços. Agências reguladoras passam a ser imprescindíveis. Alguns estados já se adequaram, outros ainda não. Este é o trabalho que precisa ser feito atualmente: praticar as determinações da lei federal e convidar o setor privado a investir.

No setor aeroportuário, os gargalos ficaram mais evidentes entre 2006 e 2007, no auge da crise que afetou o setor. A infraestrutura é insuficiente, os investimentos morosos, a gestão e a operação não são adequadas. De lá para cá, alguns problemas foram minimizados, mas outros, de grande envergadura, ainda estão pendentes. A solução passa por algumas ações. Uma delas é estabelecer parâmetros para aferir a qualidade dos serviços prestados. Outra pode ser o estabelecimento do modelo de concessão, pelo qual há contratos, assinados



## Análise Infra-estrutura

pelas concessionárias de serviços e pelo poder concedente, prevendo direitos e deveres, entre indicadores de qualidade, metas de expansão e realismo tarifário.

No setor portuário, em 2008, o governo federal editou novas regras, por decreto, para a expansão da infraestrutura por meio de concessões à iniciativa privada. A publicação tanto do plano de outorgas, indicando os locais disponíveis para novos portos, quanto das regras de licitação está atrasada.

Houve mudanças também no setor de gás natural. Em março de 2009, foi sancionado um marco regulatório que cria condições para o desenvolvimento da infraestrutura de estocagem e transporte de gás natural e também para expandir a inserção do insumo na matriz energética brasileira. Atualmente, a regulamentação, por meio de um decreto, está atrasada.

Já no setor de petróleo, a descoberta das reservas abaixo da camada de sal fez o governo federal propor um desenho regulatório adicional para o setor, em tramitação no Congresso Nacional da forma de quatro projetos de lei. Entre os aspectos em discussão, estão o estabelecimento do modelo de partilha na produção, a criação de uma empresa estatal para controlar as reservas e a transformação da Petrobras em operador único, entre outros pontos importantes. A decisão a respeito dessas questões será fundamental para o setor privado estudar a participação nos futuros investimentos.

**Uma breve avaliação do PAC em 2009** - O Programa de Aceleração do Investimento (PAC), lançado em janeiro de 2007, surgiu para ajudar a expandir a infraestrutura brasileira tanto para suportar quanto para induzir o crescimento econômico previsto para os próximos anos.

O oitavo balanço do PAC, apresentado em outubro, mostrou que desde janeiro de 2007 até agosto de 2009, os investimentos do programa totalizaram R\$ 338,4 bilhões, entre gastos e contratações. O montante equivale a 53,6% do total previsto para ser aplicado até o fim de 2010, de R\$ 646 bilhões, incluindo recursos dos ministérios, das estatais federais, dos estados, municípios, das empresas privadas e das pessoas físicas, que tomam financiamentos para a compra de habitação. As ações concluídas totalizam R\$ 210 bilhões, ou 33,3% do total. Na divisão dos investimentos, segundo o governo federal, as estatais respondem por R\$ 107,1 bilhões e os ministérios, por meio do Orçamento Geral da União (OGU), respondem por R\$ 28,2 bilhões. O setor privado investiu com R\$ 83,6 bilhões. Os



## Análise Infra-estrutura

financiamentos ao setor público totalizaram R\$ 5,7 bilhões e os empréstimos às pessoas físicas alcançaram R\$ 113,8 bilhões.

Na medida em que relaciona projetos estruturantes e importantes para o fortalecimento da infraestrutura no País e confere mais transparência ao processo de condução dos projetos, O PAC colabora com a tentativa de solucionar entraves que normalmente interferem no ritmo e nos custos de empreendimentos, como licenciamento ambiental e elaboração de estudos e projetos.

No entanto, entraves têm surgido – e estão evidentes para a sociedade. Os problemas que afetam a condução dos projetos investimentos extrapolam a gestão das empresas, públicas ou privadas, e dos ministérios. Depende de um conjunto de atores, de órgãos públicos, dos tribunais de contas, dos ministérios públicos federal e estaduais, de órgãos de meio ambiente nas esferas federal, estaduais e municipais, dos institutos de preservação do patrimônio, da Funai e de muitos outros órgãos e instituições.

A agenda para acelerar os investimentos passa por soluções em três assuntos principais: conflitos no licenciamento ambiental, conflitos no processo de licitações e contratações e conflitos na avaliação de preços feitos pela estrutura de fiscalização do Estado. Se o Brasil conseguir articular as competências das instituições públicas no sentido de encontrar soluções para essas questões, será possível ter uma cartilha para destravar as obras de infraestrutura no Brasil.

Sem reduzir a quantidade de brechas para conflitos e atrasos nas obras de infraestrutura, a execução dos planos de investimentos continuará aquém do desejável e necessário e a capacidade dos sistemas pode se tornar insuficiente diante das perspectivas de crescimento, abrindo espaço para o aparecimento de gargalos e para o surgimento de desequilíbrios entre a oferta e a de manda de serviços de infraestrutura.

O PAC buscou, ainda, listar um conjunto de projetos de lei de grande importância para induzir o investimento em infraestrutura e melhorar o ambiente para investimentos e negócios. Alguns desses projetos foram aprovados nos meses seguintes ao lançamento do PAC, outros, infelizmente, esperam decisão até hoje. No campo ambiental, por exemplo, para reduzir as brechas de conflitos e postergações dentro do processo de licenciamento ambiental, é fundamental aprovar o projeto de lei que regulamenta o Artigo 23 da Constituição. O projeto de lei que busca padronizar as funções das agências reguladoras, também listado no PAC, está parado no Congresso desde 2004.



## Análise Infra-estrutura

**O avanço do desenvolvimento das reservas pré-sal** - o pré-sal vai alavancar muitas oportunidades de negócios para a indústria nacional. Para atender às demandas que surgirão com a exploração das reservas pré-sal, a cadeia de bens e serviços terá de investir algo em torno de US\$ 400 bilhões nos próximos anos.

O objetivo é instalar, no Brasil, uma indústria forte, competitiva, com alto teor tecnológico, com capacidade de atender encomendas no mercado interno e também com capacidade para exportar, com custos e prazos competitivos. Essa meta deve ser precedida de uma ampla agenda de trabalho.

Há questões essenciais: incrementar o treinamento de mão de obra em diversos níveis profissionais e de fornecedores, buscar instrumentos financeiros que ofereçam condições plenas para a cadeia produtiva se equipar e atender as encomendas do pré-sal e modernizar a logística voltada às operações e atividades exploratórias. A produção interna de sondas de perfuração é outro tema de relevância. Esses equipamentos, que representam cerca de 40% do conjunto do navio sonda, não são fabricados totalmente no Brasil. As indústrias brasileiras terão de incorporar e desenvolver tecnologia.

O desenvolvimento das reservas no pré-sal, em virtude do elevado volume de investimento e financiamento e dos benefícios que serão gerados, demandará políticas especiais de tributação e financiamento para que a cadeia fornecedora possa recuperar uma parte da competitividade perdida ao longo dos últimos anos por causa de fatores como câmbio valorizado, infraestrutura logística insuficiente e custos elevados com financiamento, tributação e relações trabalhistas.

**Perspectivas para os próximos anos** - Os investimentos devem se manter em aceleração em 2010. O BNDES calcula que a demanda por empréstimos no próximo ano será de R\$ 54 bilhões para ampliar a capacidade industrial (um aumento de 35% em comparação a 2009), R\$ 47 bilhões para a infraestrutura (20% de aumento em relação a 2009) e R\$ 25 bilhões para áreas exportadoras e outras atividades. Em 2009, desembolsos de 90,9 bilhões do BNDES financiaram R\$ 167,7 bilhões em investimentos.

Há uma nítida trajetória de elevação de desembolsos do BNDES, sobretudo para a área de infraestrutura. No acumulado de janeiro a outubro, o banco desembolsou R\$ 55,8 bilhões para mercados de energia, petróleo e gás, telecomunicações, transportes e saneamento básico. Esse volume de recursos representou, no período, 52,4% do total de desembolsos do BNDES – um recorde desde 2001.



## Análise Infra-estrutura

A Abdib estima que os investimentos em infraestrutura podem atingir cerca de R\$ 160 bilhões em 2015. O crescimento deverá ser sustentado por projetos voltados para atender necessidades da exploração das reservas de óleo e gás no pré-sal, das perspectivas positivas de crescimento econômico para os próximos anos e da realização de grandes eventos internacionais como a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016.

### **ANEXO: Leilões de concessão realizados em 2009**

21/01/2009	Rodovia	BR 116-324 (BA), com 680,6 km. Investimentos de R\$ 1,9 bilhão. Leilão vencido pelo consórcio RodoBahia, formado por Isolux Corsán (75%), Engevix (20%) e Encalco (5%). Pedágio: R\$ 2,21, com deságio de 21%.
08/05/2009	Transmissão de energia	O leilão ofertou 19 linhas de transmissão e nove subestações, com investimentos totais estimados em R\$ 1,787 bilhão. O leilão, que teve deságio médio de 20,31%.
27/08/2009	Geração de energia	Leilão A-3 de energia nova para entrega em 2012. Estavam habilitados 2.252 MW e foram comercializados 11 MW médios. Apesar da pouca quantidade, atendeu a demanda. As previsões apontavam para uma demanda de 400 MW médios. Explicação para o baixo volume contratado: o caráter do leilão (cujo objetivo é complementar o A-5 de 2007).
27/11/2009	Transmissão de energia	Leilão de 11 novas linhas de transmissão e oito subestações, com 1.079 km e investimentos estimados em R\$1,3 bilhão.
14/12/2009	Geração de energia	Leilão A-3 de energia eólica. Foram cadastrados 441 projetos para o certame, envolvendo 14.400 MW.

**Fonte: Abdib.**